

## Opinião do GLOBO

## Quantidade de pleitos não garante qualidade da democracia global

*Este ano baterá todos os recordes eleitorais no mundo, mas há risco de maior corrosão democrática*

Para uma conjunção de calendários, este ano láuterá todos os países eleitorais. Cerca de 2 bilhões, quase metade da população adulta do planeta, tomarão parte em votações em mais de 64 países de todos os continentes em 2024. Provavelmente, haverá eleições presidenciais e legislativas em dezenas de países eleitorais. Até dezembro, haverá eleições no país mais poderoso (Estados Unidos) e no mais populoso (Índia). No Brasil, a disputa é pelas prefeituras e câmaras municipais. Na Índia, este ano elegerá o primeiro presidente do Congresso. Na União Europeia, votará no Parlamento. Haverá eleições em países com maioria muçulmana (Paquistão, católica (México) e anglicana (Reino Unido)). Mesmo disputas sem peso eleitoral, como as eleições locais que ocorrerão entre Taiwan, um desafio à influência da China.

Se, na quantidade, o ano parece a festa da democracia, em qualidade 2024 é menos vistoso. Os pleitos na Rússia, na Venezuela e no Irã demonstram que depositar o voto na urna é um passo imprescindível, mas insuficiente para um país ser democrático. Quando a oposição é perseguida, presa e impedida de

participar, a eleição se transforma em mero teatro. Mesmo quando há alguma competição, a saúde da democracia não está garantida.

Universidades e centros de pesquisa dedicados a definir, classificar e medir sistemas políticos tendem a concordar que vivemos um período de corrosão democrática. Pelo sexto ano consecutivo, houve declínio da democracia em pelo menos metade dos países, diz a organização International IDEA, com sede na Suécia. É a queda mais longa desde o início das análises, em 1975. Para o também sueco instituto V-Dem, os avanços globais registrados nos últimos 35 anos estão desaparecendo. Na medição da Freedom House, sediada em Washington, a liberdade global caiu pela 17ª vez desde 2007. Como políticos com tendências autoritárias ou seus aliados continuam no poder ou voltam ao Executivo em 2024, o que já

A origem dos riscos à democracia não é definida por coloração ideológica. No México, o presidente Andrés Manuel López Obrador, de esquerda, erodiu a confiança no sistema político ao centrar suas forças contra a autoridade eleitoral. Impedido pela Consti-

tuição de buscar a reeleição, lançou como candidata a ex-prefeita da Cidade do México, uma fiel seguidora. As perspectivas para os Estados Unidos não são tão melhores. Mesmo depois do caos reinante em seu mandato, das tentativas de mudar os resultados de 2020, das mentiras, dos processos na Justiça e promessas absurdas, Donald Trump, da direita, segue competitivo nas eleições de novembro. Uma segunda passagem pela Casa Branca promete um teste institucional ainda maior.

Para sobreviver, a democracia precisa melhorar o bem-estar da população. Sem isso, vira alvo fácil de demagogos. Quase 75% dos sul-africanos, que também votariam neste ano, dizem estar dispostos a aceitar um regime autoritário se houver trabalho e combate ao crime. Candidatos a autocrata não faltam por toda parte, nem os meios para ascenderem. Sem regulação, redes sociais e

aplicativos de mensagens são plataformas para todo tipo de desinformação. Para não falar na inteligência artificial. A onda populista deve servir de alerta a quem acredita nas liberdades individuais. A festa democrática de 2024 deveria celebrar não só a quantidade, mas também a qualidade.

Chegamos a uma situação em que, quando algum cidadão reage a um assalto e prende ou mata um bandido que não assaltou ele, vibramos como se fosse nosso herói. Por outro lado, quando vemos nas redes sociais um assalto bem-sucedido, sofremos com o cidadão, como se nós estivessemos naquele vídeo.

Não é possível viver assim, até das grades nos edifícios, em carros blindados quando se tem possibilidade de ter um. A escalada da violência só faz aumentar, e a diáspora já pelo menos 20 anos, quando a criminalidade [da elite] chegou ao Secretário de Segurança Pública, o Sr. Paulo Sérgio da Costa, criada por Lula em sua primeira presidência, em 2003.

A disputa do Estado democrático com o Estado bandi-

com as milícias, os comandos de criminosos de diversas facções, é uma questão-chave de que o Brasil não cuida há muitos anos. A crise no Equador voltou a nos avisar que o Brasil precisa cuidar melhor do seu próprio Estado-faça na sua capacidade de enfrentar-lo.

O temor que tínhamos de nos tornar uma Colômbia, onde o narcotráfico chega a dominar o país todo, com representantes de todos os Poderes, vem sendo confirmado mais ainda com a derrota do Equador. Foi muito difícil para os Estados Unidos, lá, foi preciso ajudar muita das vezes os Estados Unidos, os demônios e forças militares. E o problema não foi resolvido, apenas amenizado. É uma situação a que não podemos chegar, não há vez a mais, não há mais nada que se possa fazer. Não serviu pelo crime organizado nos afronta e nos amedronta. Não serviu de nada, no caso específico do combate à bandidagem, a experiência de nossos militares na Missão das Nações Unidas para a estabilização da situação no Haiti. Não serviu de nada, porque se vendeu a ideia de que a experiência seria im-

## Artigos

[eglobe.globe.com/opinion/](http://eglobe.globe.com/opinion/)  
[editorial@eglobe.com.br](mailto:editorial@eglobe.com.br)

Merval  
Pereira

[blogs.ajph.org/ajph.com/interact-gene-edits/](https://blogs.ajph.org/ajph.com/interact-gene-edits/)  
[editors.ajph@aphis.gov](mailto:editors.ajph@aphis.gov)

---



## O Equador pode ser aqui

Chegamos a uma situação em que, quando algum cidadão sofre um assalto e prende ou mata um bandido que tentava assaltá-lo, ele é considerado criminoso. Isso ocorre em todo lugar, quando vemos nas redes sociais um assalto bem-sucedido, sofremos com o cidadão, como se nós estivéssemos naquele lugar.

Não é possível viver assim, atrás das grades nos edifícios, em cores bledines quando se tem possibilidade de ter um. A escala de violência só foi aumentando, e estamos às províncias há 36 meses. Há 20 anos, quando a criminalidade exigia uma Secretaria Estadual de Segurança Pública, criada por Lula em sua primeira administração, em 2003.

A disputa do Estado democrático com o Estado bandido, com as milícias, os comandos de criminosos de diversas facções, é uma questão-chave de que o Brasil não cuida há muito tempo. O Equívoco é que não nos damos conta de que a crime está cada vez mais organizado, enquanto o Estado falha na sua capacidade de enfrentá-lo.

O temor que tínhamos de nos tornar uma Colômbia, onde o narcotráfico chegou a dominar o país todo, com representantes nos três Poderes, volta a nos assombrar mais ainda com a derrocada do Equador. Foi muito difícil acabar com esse domínio lá, foi preciso ajuda maciça dos Estados Unidos, com dinheiro e forças militares. E o problema não foi resolvido, ape-

Mais uma vez a realidade dramática do domínio de territórios pelo crime organizado nos afronta e nos amedronta. Não serviu de nada, no caso específico do combate à bandagem, a experiência de nossos militares na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (Minustah). Houve um momento em que se vendeu a ideia de que a experiência seria importante para a atuação nos mortos cariocas, mas não foi o que se viu. E o abuso de usar os militares nas GLOs (Garantia da Lei e da Ordem) tornou-se nefasto para os militares.

A criação de um Ministério da Segurança Pública, concretizada no governo Temer e revertida no de Bolsonaro, volta à discussão. É o que sempre acontece quando fica evidente que o crime organizado está ampliando suas ações, nacionalizando e até internacionalizando sua presença na distribuição de drogas.

Mas há uma cautela historicamente apartidária para tratar a questão, para que ela não contamine o presidente da República. Em 1997, o então presidente Fernando Henrique Cardoso criou a Secretaria Nacional de Segurança Pública, mas ligada ao Ministério da Justiça. No primeiro governo petista, houve a sugestão de que esse secretariado ficasse subordinado diretamente ao Palácio do Planalto, e foi escolhido o antropólogo Luis Eduardo Soares.

Quesões políticas impediram a eficácia da mudança. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, não queria, como agora não quer Lewandowski, e também não quis Flávio Dino, perder o controle dessa função crítica, que dá poder político ao Ministério da Justiça. O então ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, sabia da importância do cargo, queria ser nomeado o "czar das drogas", cargo que existe nos Estados Unidos. Nada disso aconteceu.

O governo federal deveria coordenar as políticas de segurança estaduais. O combate ao crime organizado não deve ser responsabilidade exclusiva dos estados, como temos em interpretar restritivamente a Constituição. Narcotráfico e tráfico de armas são crimes federais, transnacionais, entram pelas fronteiras. Precisamos, pois, de uma política específica, para controlar a entrada de armas.

Chega a ser quase inacreditável o que os bandidos têm de armamentos ultramodernos, de uso restrito. Há anos a bandagem vem sendo municipalizada por esse contrabando, a que o governo nunca deu a atenção devida. A solução não é botar Polícia Federal nem Exército nas ruas, como o governo queria fazer no Rio, mas sim elaborar uma política estruturada e enérgica.

Se não fizer algo específico, muito aprofundado, o governo ficará enxugando gelo. Temos de tomar conta do nosso território, com políticas públicas severas, organizadas. Como se pode aceitar que haja lugares onde a polícia não pode ir, no Rio e noutros estados brasileiros?

## Reconhecimento facial se tornou ferramenta essencial contra o crime

*Tecnologia traz agilidade à identificação de suspeitos, mas exige checagem para evitar erros*

**O** uso de câmeras de reconhecimento facial para identificar e prender cidadãos em falta com a justiça tem aumentado no Brasil — e também a controvérsia em torno da tecnologia. Enquanto crescem os investimentos e os equipamentos instalados em áreas públicas ou privadas, se multiplicam também os relatos de erros, invasões e crimes cometidos no nome das câmeras.

ção por tantos nos sistemas. O reconhecimento facial está em curso na Bahia. Entre 2018 e 2022, o estado investirá R\$ 683 milhões no sistema de segurança, que já conta com 3.110 câmeras instaladas em 11 municípios, incluindo Salvador. Responsável pelo projeto, o maior Jefferson Araújo diz que em menos de 1 hora, prisioneiros por todo o reconhecimento facial são identificados e alega que, em caso de erro, a checagem humana corrige.

A iniciativa ganha terreno também em São Paulo, onde a prefeitura pretende implantar, até o fim deste ano,

alizados, e os dois detidos foram soltos. Em Sergipe, a auxiliar administrativa Taisiane Santos disse ter sido abordada duas vezes com base em reconhecimento facial quando participava de uma festa em Aracaju. Da segunda vez, foi colocada num camburão e levada até uma tenda onde policiais constataram que não havia nada contra ela. "Disseram que fui um erro, mas não pediram desculpas", contou ao GLOBO. Não há dúvida de que o reconhecimento

Não há dúvida de que o reconhecimento facial é uma ferramenta útil para auxiliar a polícia a identificar foragidos, especialmente em meio a multidões. Mas precisa ser usada com cautela e critérios rigorosos para evitar injustiças. Os sistemas não são perfeitos. O reconhecimento é apenas uma etapa do procedimento, que depende também de bancos de dados atualizados. A tendência é que esses equipamentos

sejam cada vez mais usados na segurança. Por isso é preciso corrigir as falhas e aperfeiçoar os protocolos para eliminar o espaço para erro. A tecnologia ajuda, mas em hipótese alguma pode substituir a investigação policial.

do diretamente ao Palácio do Planalto, e foi escolhido o antropólogo Flávio Eduardo Soares.

Questões políticas impediram a eficácia da mudança. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, não queria, como agora não quer Lewandowski, e também não quis Flávio Dino, perder o controle dessa função crítica, que dá poder político ao Ministério da Justiça. O então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sabia da importância do cargo, queria ser nomeado o "czar das drogas", cargo que existe nos Estados Unidos. Nada disso aconteceu.

O governo federal deveria coordenar as políticas de segurança estaduais. O combate ao crime organizado não poderia ter apenas um nível local. Como era? [www.fipe.com.br](http://www.fipe.com.br)

ser responsáveis por 70% dos crimes, com o comércio de drogas, o tráfico de armas são crimes federais, transnacionais, entram pelas fronteiras. Precisamos, pois, de uma política específica, para controlar a entrada de armas.

Chega a ser quase inacreditável o que os bandos tem de armamentos ultramodernos, de uso restrito. Há anos a bagagem vem sendo revista, mas não se encontra nada, o que o governo nunca deu a atenção devida. A solução não é a maior Polícia Militar nem Exército nas ruas, como o governo queria fazer no Rio, mas sim estabelecer uma política estruturada e permanente.

Se não fizer algo específico, muito aprofundado, o governo ficará enxugando gelo. Temos de tomar conta do nosso território, com políticas públicas severas, organizadas. Gosto no rio se pode aceitar que haja lugares onde a polícia não pode ir, mas no Rio e noutros estados brasileiros?

[illegible]